

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.244.830 - SP (2018/0027764-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA
ADVOGADOS : RICARDO BARRETTO FERREIRA DA SILVA - SP036710
PAULO MARCOS RODRIGUES BRANCHER E OUTRO(S) -
SP146221
DANIELLE CHIPRANSKI CAVALCANTE - SP292183
AGRAVADO : WILLY CONSULTORIA LTDA
ADVOGADOS : ELIANE CRISTINA CARVALHO TEIXEIRA - SP163004
PATRÍCIA YURIKO MATSUBARA - SP248771

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA em face da decisão acostada às fls. 1067-1068 e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 833-843 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

AÇÃO DE COBRANÇA. Contrato de Prestação de Serviços. Consultoria empresarial para redução de custos operacionais. Contratada que alega ter sugerido a adoção de "billing" eletrônico à contratante, que recusou a proposta mas veio a implementar a _ medida após a rescisão da contratação, ainda no prazo de carência. Demandada que admite a adoção da cobrança eletrônica em defesa, mas antes da recomendação da contratada. **SENTENÇA** de procedência para condenar a ré a pagar para a autora os honorários decorrentes da implementação de "billing" eletrônico sugerido pela autora, nos termos do contrato firmado entre as partes, para, apuração em liquidação em sentença, impondo à ré o pagamento das verbas sucumbenciais, arbitrada a honorária em 10% do valor da condenação. **APELAÇÃO** da ré, que reitera o **AGRAVO RETIDO** interposto contra a decisão de indeferiu o pedido de depoimento do Perito Judicial, pugnando no mais pela improcedência, passando a argumentar que não houve a efetivação da medida de "billing" eletrônico de forma generalizada, e que a cobrança eletrônica se dá somente frente aos clientes que optaram pelo débito automático em conta. **REJEIÇÃO.** Agravo Retido conhecido, porquanto reiterado, mas não provido. Previsão processual de esclarecimento adicional do Perito mediante Laudo suplementar, "ex vi" do artigo 425 do CPC de 19 73. Ausência de credibilidade da alegação recursal da ré para afastar a cobrança, porquanto contraditória ao teor da defesa. Prova dos autos, incluindo a perícia, em cotejo com as alegações das partes, especialmente a versão contraditória dos fatos apresentada pela demandada, que revela no seu conjunto a adoção da medida de redução de custos proposta pela demandante dentro do prazo de carência contratual, sem o pagamento da honorária correspondente. Demandada que deixou de demonstrar elemento impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora, nos termos do artigo 333, II, do CPC de 1973. Sentença mantida. **APELAÇÃO E AGRAVO RETIDO NÃO PROVIDOS.**

Opostos embargos de declaração (fls. 846-851 e-STJ), restaram desacolhidos (fls. 855-860 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 866-882 e-STJ), alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou o disposto no artigo 1.022, inc. I e II, do CPC/15, porquanto não sanados os vícios apontados nos aclaratórios.

Contrarrazões às fls. 1049-1063 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a Corte de origem inadmitiu o apelo nobre indicando a ausência de vícios na decisão recorrida e por não ter sido demonstrado o dissídio na forma exigida.

Inconformada, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada às fls. 1074-1087 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta às fls. 1090-1101 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

A pretensão recursal não merece prosperar.

1. Afasta-se a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa ao artigo 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, não se deve confundir decisão contrária aos interesses da parte com negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no AREsp 1254843/RS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018; **AgInt no AREsp 1015125/AC**, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018; **AgInt nos EDcl no REsp 1647017/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018.

Alegou a recorrente que o acórdão impugnado restou: **(i) obscuro e omissos**, em relação à definição das premissas da fase de liquidação de sentença, bem como ao lapso temporal abrangido pela condenação; **(ii) omissos**, uma vez que não houve evidência nos autos demonstrando ter sido realizada a implementação, devendo a recorrente ser condenada apenas ao pagamento dos serviços realizados.

No que se refere ao primeiro vício, observa-se que o Tribunal local manteve a sentença que determinou a apuração do valor devido em liquidação de sentença por arbitramento. Não há, portanto, qualquer vício na decisão neste ponto, uma vez que as questões foram diferidas para a fase de liquidação.

Em relação ao segundo vício, extrai-se o seguinte da decisão recorrida (fls. 839-842 e-STJ):

O fato de a Empresa DirecTV ter adotado esse procedimento quando da fusão entre as empresas não afasta a exigibilidade da honorária contratual objeto da cobrança judicial, pois nada impede que a demandada tenha optado por aderir a essa modalidade de cobrança após o projeto apresentado pela demandante, com especificação dos custos operacionais que seriam reduzidos. Ela também não comprovou o envio massivo de contas por meio eletrônico antes da sugestão da demandada. A Sky tampouco comprovou a alegação de que esse "billing" adotado após o

término da relação contratual havida entre as partes se deu apenas aos clientes que haviam optado pela cobrança por débito automático em conta bancária (v. fls. 724/731), alegação essa, aliás, contraditória com o teor da contestação, como já adiantado.

A prova dos autos, com o destaque da conclusão do Perito Judicial, em cotejo com as alegações das partes, especialmente a versão contraditória dos fatos apresentada pela demandada, dá mesmo conta de que a Sky adotou a medida de redução de custos proposta pela demandante, no prazo de carência contratual de dezoito (18) meses previsto na cláusula 4.3 do contrato, pela qual faz jus a demandante ao pagamento da honorária correspondente.

Bem por isso, tem-se que a Sky, na condição de contratante demandada, não se desincumbiu do ônus de provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora, ora apelada, conforme previsto no artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil de 1973.

Consoante bem observado pela E. Magistrada de Primeiro Grau: “O autor alega haver desenvolvido amplo projeto consultivo prévio à sua concretização, de sorte que os honorários são devidos. A ré, a seu turno, relata que o sistema já era empregado desde meados de 2003, que não realidade não configura billing eletrônico, e que apenas teve maior amplitude a partir da fusão havida com a Directv, e consolidação da base de assinantes. Verifica-se que a ré envia a seus clientes a fatura dos serviços prestados por email, isto é fato incontroverso. Pelo que se depreende da tese de defesa, a fusão entre a ré e a Directv teria ocorrido entre junho/2007 e dezembro/2007. Embora não se tenha certeza quanto à data certa de implantação de referida espécie de envio de fatura, tomando por base a correspondência juntada a fls. 53, temos que o mencionado sistema já era empregado ao menos desde 27 de setembro de 2007. Isso implica dizer que, num período de aproximados 3 meses, a ré já fazia uso do sistema da Directv, segundo suas alegações. Conforme se denota dos autos, não há provas de que o sistema utilizado pela ré seja equivalente ao da empresa adquirida, e assim também concluiu o perito, o qual ainda atestou a recusa da ré no oferecimento dos documentos necessários ao desenvolvimento do trabalho. Não obstante o laudo do expert, entendendo também que não seria lógico aceitar que a ré possa ter realizado, em apenas 3 meses, a completa transposição da base de clientes, bem como a consolidação de seu novo quadro de assinantes, estendendo-lhes o antigo modelo de cobrança da Directv. O sistema de billing (ainda que não em sua extensão plena) não representa manejo simplório de sistema de informática como quer fazer crer a ré, haja vista o lapso temporal decorrido

para pesquisa e viabilização do projeto... Em verdade, trata-se de hipótese que sequer pode ser cogitada haja vista que o lapso temporal transcorrido entre a fusão das empresas e a utilização efetiva do sistema de billing é em muito inferior àquele necessário à devida operação do sistema. Consigno que ainda que o sistema de billing eletrônico não tenha sido implantado de forma plena, é inegável que parte do trabalho desenvolvido pelo autor foi efetivamente aproveitada, com o envio de fatura pela via eletrônica, o que certamente contribuiu para a economia de insumos pela ré. Evidente assim que a ré, no momento da fusão, já se encontrava beneficiada em subsídios para a implementação do envio eletrônico de fatura. No mais, ressalto que pouco importa que a implementação do sistema derive da recomendação direta do autor, pois certo é que o trabalho dispendido por este facilitou o emprego de referido modelo de cobrança, demonstrando assim o

aproveitamento da ré sobre trabalho realizado pelo autor” (“sic”, fls. 696/698).

Era, portanto, de rigor o acolhimento do pedido inicial, restando a rejeição dos Recursos, com a manutenção da r. sentença apelada, ante o correto desate e dado à causa, com exame exauriente da prova dos autos (v. artigo 252 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça). [grifou-se]

Como visto, as teses da insurgente foram apreciadas pelo Tribunal *a quo*, que as afastou, e concluiu ser devido o pagamento das verbas pleiteadas pela ora recorrida, apontando os fundamentos jurídicos para tal

Não há que se falar, portanto, em omissão, sendo certo que os embargos de declaração não se constituem via própria para rejugamento da causa, não havendo espaço para análise de inconformismo quanto ao entendimento adotado.

Neste sentido: **REsp 1432879/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 19/10/2018; **EDcl nos EDcl no REsp 1641575/RJ**, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018; **EDcl no AgInt no REsp 1666792/ES**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 22/05/2018; **AgInt no AREsp 1179480/RS**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 06/03/2018; **AgInt no REsp 1598364/RS**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 22/08/2017; **EDcl no AgInt no AREsp 471.597/RJ**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 20/06/2017.

Afasta-se, portanto, a alegada violação ao artigo 1.022 do CPC/15.

2. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao agravo em recurso especial e, com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majora-se em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados pela origem, em favor da parte recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator